

CONSIDERAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – UM ESTUDO TEÓRICO

FIDLER, Mariella.

JUSTEN, Elisandra Fracalossi

RESUMO

O artigo apresenta uma pesquisa na forma de revisão bibliográfica que aborda a história do método EaD no mundo e no Brasil, os perfis dos estudantes que optam pelos cursos, aplicações possíveis, legislação pertinente e possibilidades sobre a evolução do método. A partir dessa leitura é possível compreender, além da trajetória do EaD, a deficiência em relação a uma legislação atual que a regulamente. Defende-se que essa é uma falha que deve ser corrigida o mais brevemente possível, visto que a metodologia de ensino a distância é uma das maiores ferramentas de democratização do ensino, permitindo que milhares de pessoas, em todo o mundo, tenham acesso a uma educação de qualidade. Com a incrementação de novas técnicas, tecnologias e aplicações, o ensino EaD cresce a cada dia e conquista cada vez mais adeptos, que buscam enriquecer seu currículo, ou mesmo, desenvolver-se como pessoa e profissional, com flexibilidade de horários e autonomia.

Palavras-chave: Ensino a distância. EaD. Método de ensino.

1 INTRODUÇÃO

A educação na modalidade a distância, EaD, surgiu fora dos muros da educação convencional, oferecendo uma possibilidade de desenvolvimento profissional e pessoal para aqueles que, por alguma razão, se encontravam fora do sistema de

E-mail: mariellars@ymail.com

elisajt1007@yahoo.com

ensino formal. Valendo-se de diversas ferramentas, desde a correspondência até as modernas tecnologias de informação, o EaD contribuiu, nos últimos anos, com a formação de milhares de pessoas, em todo o planeta.

É possível até mesmo afirmar que, nos últimos anos, foi o método EaD que produziu o impacto mais profundo na educação. Consequentemente, cada vez mais pessoas querem fazer parte desse movimento, como tutores ou estudantes. Porém, mesmo com a expansão desse mercado e a popularidade do EaD no Brasil, ainda são pouco conhecidas a história, a aplicação, a legislação pertinente e os perfis de aluno e professor no referido método.

Portanto, na primeira parte desse trabalho são apresentadas as histórias do EaD, tanto no mundo, quanto no Brasil. Há discussões sobre se o surgimento do método a distância surgiu contemporaneamente à escrita ou nos anúncios de jornais, em 1720. Em nosso país, há registros de cursos via correspondência em meados do ano 1900.

Em seguida, é apresentada a legislação brasileira que trata do ensino a distância. Infelizmente até o momento a jurisprudência que trata sobre o assunto é bastante limitada, não abrangendo as especificidades do método. Essa deficiência é ressaltada no capítulo seguinte, ao serem apresentadas diversas do método EaD, algumas até o momento apenas teorizadas, como o uso em presídios. Leis claras e justas auxiliariam na compreensão do método, possibilitando uma expansão em suas várias aplicações.

São também apresentados como é o método a distância hoje, baseado em tutores e alunos. O tutor tem como principal função mediatizar o conhecimento, enquanto o aluno deve construir autonomamente seu conhecimento, responsabilizando-se por sua aprendizagem. Problematisa-se também a questão dos direitos dos professores nessa metodologia, como por exemplo a questão do número de alunos, muito superior ao das classes presenciais tradicionais.

Finalmente, ao final do trabalho são compiladas algumas previsões para o EaD nos próximos anos, bem como as dificuldades a serem vencidas. Espera-se que essa pesquisa contribua para esclarecer alguns aspectos da Educação a Distância, almejando que o estudo teórico auxilie na compreensão das características do método e contribua para a superação de um desses desafios, o

preconceito. O ensino a distância não é inferior ao presencial, tampouco mais fácil, e sim, um método mundialmente reconhecido como eficiente e uma importante ferramenta para a democratização do ensino.

A pesquisa foi feita de maneira indireta, a partir da revisão bibliográfica de obras reconhecidas da área, bem como do acesso à legislação brasileira disponível online. Conquanto foi possível encontrar diversos livros de qualidade sobre o ensino a distância, a legislação pertinente é bastante limitada e desatualizada, uma carência que deve ser suprida objetivando a democratização do ensino.

2. A HISTÓRIA DO EAD

2.1 A HISTÓRIA DO EAD NO MUNDO

Não há consenso quanto ao surgimento do ensino a distância. Alguns autores defendem que o ensino não presencial surgiu conjuntamente com a escrita, há vários séculos atrás, pois, “a partir da escrita, a comunicação liberta-se no campo e no espaço” (MAIA, 2007, p.21). Para alguns autores, obras como as cartas de Platão e as Epístolas de São Paulo são exemplos de material de educação a distância. (MAIA, 2007).

Contudo, o primeiro registro de curso a distância ocorreu apenas na década de 1720, quando anúncios em jornais ofereciam curso de taquigrafia a distância. Mais tarde, dois fatores auxiliaram na popularização dos cursos por correspondência: a evolução nos meios de transporte e a 2ª Guerra Mundial. (LITTO, FORMIGA, 2009)

A necessidade de rápida capacitação de recrutas norte-americanos durante a Segunda Guerra Mundial fez aparecerem novos métodos – entre eles se destacam as experiências de Fred Keller (1983) para o ensino da recepção do Código Morse -, que logo foram utilizados, em tempos de paz, para a integração social dos atingidos pela guerra e para o desenvolvimento de novas capacidades laborais nas populações que migraram em grande quantidade do campo para as cidades na Europa em reconstrução (LITTO; FORMIGA, 2009, p.3).

A utilização de material impresso e o uso dos correios para o envio do material via correspondência são as características da Primeira Geração do EaD.

Em 1969 a *Open University* britânica deu início a ‘Segunda Geração do EaD’ ao adotar mídias para facilitar o ensino e aprendizagem, na forma de rádio, TV, vídeos, fitas cassetes e telefone. Logo, vários países passaram a copiar o modelo de ensino a distância com mídias iniciado na Inglaterra, e surgiram projetos semelhantes na França, Espanha, Portugal, Alemanha, Turquia, China, Indonésia, Índia, Tailândia, Coreia, Irã e África do Sul (MAIA, 2007).

A terceira geração da evolução da EaD seria marcada pelo desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação. Por volta de 1995, com o desenvolvimento explosivo da Internet, ocorre um ponto de ruptura na história da educação a distância. Surge então um novo território para a educação, o espaço virtual da aprendizagem, digital e baseado na rede. Surgem também várias associações de instituições de ensino a distância. Pode-se portanto pensar em um novo formato do processo de ensino-aprendizagem, ‘aberto, centrado no aluno, baseado no resultado, interativo, participativo, flexível quanto ao currículo, às estratégias de aprendizado e envio e não muito preso a instituições de aprendizado superior, porque pode também se dar nos lares e nos locais de trabalho. A EaD, assim, nos ajudaria a romper com a tradição e planejar o novo. (MAIA, 2007, p.22,23).

Segundo Litto e Formiga (2009), atualmente mais de 80 países, nos 5 continentes, adotam a educação a distância em todos os níveis de ensino, tanto formais, quanto informais. A *Open University* Britânica, pioneira no ensino a distância, é responsável por já ter formado mais de 200 mil de alunos.

2.2 A HISTÓRIA DO EAD NO BRASIL

Conforme Litto e Formiga (2009), o Brasil possui uma trajetória de sucesso, tendo destacado-se mundialmente no desenvolvimento do Ensino a Distância até a década de 1970, quando a ausência de políticas públicas que apoiassem o método fez com que houvesse uma certa estagnação. “Somente no final do milênio é que as ações positivas voltaram a acontecer e pudemos observar novo crescimento, gerando nova fase de prosperidade e desenvolvimento” (LITTO;FORMIGA, 2009, p. 9).

Os primeiros registros de cursos a distância no Brasil são de pouco antes de 1900, quando anúncios em jornais do Rio de Janeiro ofereciam cursos profissionalizantes pelo correio, ministrados por professores particulares. Em 1904

foi aberta a primeira filial de uma instituição formal de ensino a distância, cuja sede localizava-se nos Estados Unidos (LITTO; FORMIGA, 2009).

O ano de 1904 é considerado o marco inicial do ensino por correspondência no Brasil, época em que os materiais impressos eram enviados por ferrovia. Até a década de 1980, ainda eram muito comuns os cursos da International School e Oxford School, entre outras. O Instituto Monitor e o Instituto Universal Brasileiro, ambos de São Paulo, iniciaram seus trabalhos na década de 1950 com os cursos profissionalizantes por correspondência. Essas instituições atualizaram-se em relação à metodologia de ensino e à integração de novos suportes tecnológicos, tendo, ainda hoje, milhares de alunos espalhados pelo território brasileiro. Porém, esses cursos eram vistos como de segunda categoria, pois se direcionavam a pessoas de menor renda ou àquelas que não haviam ingressado na educação superior. (CORTELAZZO, 2013, p. 46,47)

Segundo Litto e Formiga (2009), a principal ferramenta de ensino a distância no Brasil foi o rádio. A primeira rádio educativa foi fundada em 1923, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, cuja principal função era possibilitar a educação popular através da difusão de programas educativos. Essa primeira rádio educativa oferecia “cursos de português, francês, silvicultura, literatura francesa, esperanto, radiotelegrafia e telefonia” (MAIA, 2007, p.24). A partir dela, foram fundadas várias outras rádios educativas, tanto pelo governo quanto por instituições religiosas.

Em 1969, a revolução política e a posterior implementação da ditadura militar causou o desmonte de grande parte do sistema de radiodifusão educativo, visto que o governo militar censurava as rádios, temendo a transmissão de mensagens de cunho subversivo (LITTO; FORMIGA, 2009).

O uso da televisão para fins educativos, apesar de incentivado pelo governo, especialmente entre as décadas de 1960 e 1970, nunca foi expressivo. Embora alguns projetos mereçam destaque, como a TV Cultura e os telecursos da Fundação Roberto Marinho (LITTO; FORMIGA, 2009).

A Universidade de Brasília foi pioneira no uso da EaD no ensino superior, com o Programa de Ensino a Distância (PED), que ofereceu um curso de extensão universitária em 1979. Outros cursos foram produzidos e oferecidos inclusive por jornal, até 1985, além de terem sido traduzidos cursos da Open University. (MAIA, 2007, p.28)

Presentemente, a principal ferramenta para a modalidade a distância no Brasil é a internet. Em janeiro de 2008 havia 85 instituições credenciadas pelo governo

federal para a oferta de cursos de graduação e pós-graduação lato sensu em modalidade EaD. Há ainda um número significativo de cursos livres e programas ministrados por empresas e escolas (LITTO; FORMIGA, 2009).

2.3A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

A educação a distância surgiu oficialmente no Brasil pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996), sendo normatizada pela Decreto n. 2.494 de 10 de fevereiro de 1998, pelo Decreto n. 2.561 de 27 de abril de 1998 e pela Portaria Ministerial n. 301 de 7 de abril de 1998.

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases:

Art. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

§ 1º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância.

§ 3º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

§ 4º A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:
I - custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens e em outros meios de comunicação que sejam explorados mediante autorização, concessão ou permissão do poder público;

II - concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;

III - reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais. (BRASIL, 1996)

Assim, conforme Litto e Formiga (2009), foi com a Lei de Diretrizes e Bases de 1996, ou Lei Darcy Ribeiro, que o EaD saiu da clandestinidade e passou a ser reconhecido em lei. O artigo 80 prevê, entre outros, a necessidade de credenciamento pela União e tratamento diferenciado, incluindo custos reduzidos no rádio e na televisão.

Contudo, foi apenas com o decreto n. 2494, de 10 de fevereiro de 1998, que a lei efetivamente conceituou o ensino EaD:

Art. 1º Educação a distância é uma forma de ensino que possibilita a autoaprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente

organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação. (BRASIL, 1998)

Em 2005 o Decreto n. 5.622/2005 teve como ênfase a mediação didático-pedagógica dos cursos EaD, regulamentando o credenciamento das instituições de ensino superior para oferta de cursos de graduação e pós-graduação na modalidade a distância. Esse decreto também define que o currículo deve ser estabelecido seguindo as diretrizes nacionais de curso, anteriormente definidas para a educação presencial (CORTELAZZO, 2013).

Da mesma forma, a duração mínima dos cursos não pode ser inferior à duração do presencial. Os instrumentos e formas de avaliação e o controle de frequência (em casos de cursos com atividades presenciais) são definidos pelo projeto pedagógico do curso, ressaltando-se que a avaliação final deve ser feita presencialmente. Além disso, na modalidade a distância é reconhecida a mesma validade do diploma dos cursos presenciais. (CORTELAZZO, 2013, p. 95,96)

Em 2017 foi estabelecido o Decreto n. 9057, que atualiza os regulamentos do Decreto n. 5.622/2005. Entre as mudanças advindas do novo decreto, destaca-se a possibilidade de credenciamento de instituições de ensino superior para cursos de educação a distância (EaD), sem a obrigatoriedade antiga de que estas ofertem também cursos presenciais. Com isso, instituições de ensino superior podem ofertar cursos de graduação e pós-graduação sem a necessidade de atuar também na modalidade presencial. Outra mudança é a autonomia das instituições de ensino superior já credenciadas para a criação de novos polos, sem depender da autorização do MEC.

Contudo, ainda é necessário por parte dos políticos e legisladores uma observação cuidadosa sobre o ensino a distância no Brasil hoje. As atualizações legislativas buscam ampliar a oferta de ensino superior no país, porém, não há ainda uma discussão sobre o papel do EaD na educação nacional, bem como um olhar mais atento às suas particularidades.

2.4 APLICAÇÕES DO MÉTODO EAD

No Brasil, o EaD pode ser utilizado, com restrições, no ensino fundamental e médio, e na educação de jovens e adultos dos respectivos níveis. Essas instituições devem ser credenciadas pelos conselhos estaduais de educação. Os alunos que podem matricular-se na modalidade a distância para cursos do ensino fundamental básico, segundo Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017 são:

Art. 9º A oferta de ensino fundamental na modalidade a distância em situações emergenciais, previstas no § 4º do art. 32 da Lei nº 9.394, de 1996, se refere a pessoas que:

I - estejam impedidas, por motivo de saúde, de acompanhar o ensino presencial;

II - se encontrem no exterior, por qualquer motivo;

III - vivam em localidades que não possuam rede regular de atendimento escolar presencial;

IV - sejam transferidas compulsoriamente para regiões de difícil acesso, incluídas as missões localizadas em regiões de fronteira; _

V - estejam em situação de privação de liberdade; ou

VI - estejam matriculadas nos anos finais do ensino fundamental regular e estejam privadas da oferta de disciplinas obrigatórias do currículo escolar. (BRASIL, 2017)

Contudo, conforme Maia (2007) a maior concentração de cursos credenciados no Brasil ocorre no ensino superior. Conforme o mesmo autor, o método EaD também é amplamente usado em universidades corporativas, para treinamento de funcionários, especialmente a partir da internet.

Há inúmeras vantagens na utilização do e-learning pelas empresas. Uma delas é a economia, tanto para a organização quanto para o funcionário, pois além de se aproveitar a infra-estrutura tecnológica da própria empresa, o número de alunos e seu perfil podem ser previstos com certa exatidão, o que facilita o planejamento dos cursos. Pode-se também, por exemplo, alcançar o funcionário-aluno onde ele estiver, na matriz, na filial ou em viagens em qualquer lugar do mundo, superando assim as barreiras geográficas. Além disso, o funcionário-aluno usufrui do benefício da flexibilidade de tempo que a EaD assíncrona oferece, superando assim a falta de tempo para estudar – comum para quem trabalha. Com a EaD, portanto, as empresas conseguem não só aumentar sua produtividade e competitividade como também atrair e manter funcionários. (MAIA, 2007, p.48)

Instituições governamentais também podem beneficiar-se do EaD para treinar funcionários, entre diversas outras aplicações do método, tanto para fins profissionais quanto pessoais. Outros exemplos citados por Litto e Formiga (2012) são a utilização de cursos EaD para manter atualizados os profissionais da saúde, que precisam manter-se a par das recentes descobertas médicas, para apoiar a

educação de alunos com deficiência e a utilização pelas forças armadas para formação de soldados.

Outra opção pouco explorada é o uso do EaD para o ensino de pessoas portadoras de necessidades especiais. No Brasil, cerca de 14% da população possui algum tipo de necessidade especial e o ensino a distância representa uma solução educacional, visto que, portadores de deficiência frequentemente tem dificuldade para deslocar-se e permanecer nas escolas e universidades. No caso da metodologia à distância, a tecnologia facilita a aprendizagem, bem como, os problemas de locomoção são atenuados. (LITTO; FORMIGA, 2012)

A modalidade de EAD, por derrubar as fronteiras de tempo e espaço, é uma tecnologia social poderosa que poderia ser utilizada em favor da mudança cultural da sociedade para que deixemos de nos surpreender quando deficientes fazem coisas que deveriam ser normais, caso tivessem apoio e igualdade de oportunidades'. (LITTO; FORMIGA, 2012, p. 139).

Há ainda a teorização sobre a possibilidade de utilizar o método EaD no sistema prisional brasileiro, uma opção ainda não implementada no Brasil. Conforme os idealizadores, o EaD seria uma forma de redesenhar um contexto educacional e social para possibilitar a reinserção do presidiário na sociedade, com saberes cientificamente construídos (LITTO; FORMIGA, 2012).

2.5 O EAD HOJE, TECNOLOGIA E PERFIS DO PROFESSOR E DO ALUNO

Ao tratar do aluno no método EaD, é imprescindível compreender que, no ensino a distância é essencial que o aluno tenha autonomia, visto aqui como “capacidade para tomar as decisões adequadas para sua aprendizagem, desenvolvendo um plano de estudo e buscando os recursos necessários, e mesmo avaliando sua aprendizagem” (CORTELAZZO, 2013, p.151).

A própria prática pedagógica e o material didático auxiliam o desenvolvimento da autonomia do educando, na medida em que não apresentam o conhecimento pronto e definitivo para o aluno, ao contrário, o instiga a pesquisar e reelaborar o conhecimento na prática profissional (CORTELAZZO, 2013).

O ensino a distância exige, portanto, um aprendiz autônomo e independente, mais responsável pelo processo de aprendizagem e disposto à auto-aprendizagem. Com a alteração da cultura do ensino para a cultura da aprendizagem, o estudo passou a ser autoadministrado e automonitorado por um aprendiz autônomo. (MAIA, 2007, p. 85).

Assim, entende-se que no ensino a distância não é o professor o responsável por gerenciar o processo de ensino e aprendizagem, e sim o aluno. “A organização e a escolha de ferramentas e da sequência do material a ser explorado deixaram de ser uma atribuição do professor, e são agora de responsabilidade do aprendiz”. (MAIA, 2007, p. 86).

Para o professor, o método EaD também traz particularidades. Conforme Maia (2007), o professor do método EaD deve desenvolver novas habilidades, por exemplo: dominar recursos multimídia, saber elaborar e organizar conteúdos e planejar material adequado para o aluno a distância. Litto e Formiga (2012) citam ainda que nesse método, o professor fica mais distante da transmissão de conteúdos, e se aproxima do papel de arquiteto do conhecimento, sendo responsável pela criação de situações de aprendizagem. Para Belloni (2012), no EaD a função do professor ou tutor é de mediatizar, ou seja, criar um caminho que o estudante possa percorrer autonomamente em direção ao conhecimento.

Mediatizar significa conceber metodologias de ensino e estratégias de utilização de materiais de ensino-aprendizagem que potencializem ao máximo as possibilidades de aprendizagem autônoma. Isso inclui desde a seleção e elaboração dos conteúdos, a criação de metodologias de ensino e estudo a distância, centradas no aprendente autônomo, a seleção dos meios mais adequados e a produção de materiais, até a criação e implementação de estratégias de utilização desses materiais e de acompanhamento do estudante de modo que se assegure a interação do estudante com o sistema de ensino e o retorno de informações sobre os cursos. (BELLONI, 2012, p. 69,70)

É necessário compreender que, no EaD, o professor não é o único detentor de conhecimentos, dividindo espaço com inúmeras fontes e maneiras de vincular saberes. Assim, o maior desafio desse profissional é gerar situações para que os alunos tenham uma aprendizagem significativa utilizando os recursos a que tem acesso (LITTO; FORMIGA, 2012).

Infelizmente, há ainda pouca atenção sobre os direitos dos professores que ministram cursos EaD, cujas funções geralmente são comparadas com a de professores presenciais.

O sistema adotado na educação presencial, de remuneração por hora-aula, foi transferido para o EaD sem que fosse repensada a atuação do professor nesse novo ambiente. Professores sobrecarregados, com turmas imensas, são comuns no EaD. (...). Os professores a distância e on-line não estão, ainda, organizados como professores presenciais e podem se tornar uma classe explorada caso não se organizem e procurem definir novos padrões para seu trabalho e sua remuneração, que sejam justos tanto para empregadores quanto para empregados. Os professores de EaD precisam estar tão ou mais organizados do que os professores do ensino presencial; caso contrário, vai se estabelecer uma nova classe de explorados intelectuais, intensamente submetidos ao tecnoestresse e aos transtornos multitarefas, ainda por cima mal remunerados. (MAIA, 2007, p. 93).

Compreende-se que os novos perfis, de professor e aluno no EaD, conduzem a um novo contexto, com uma educação mais aberta e flexível, porém mais desafiadora. Tanto o professor quanto o aluno adquirem novos papéis, o aluno passa a ser o responsável pela sua aprendizagem enquanto o professor passa a ser um indicador de caminhos, não um transmissor de conhecimentos acabados.

2.6 A EDUCAÇÃO NO FUTURO

O ensino a distância se caracteriza por ser dinâmico, tendo, em seu processo histórico, se apoderado de diversas ferramentas, como as correspondências, as mídias e mais recentemente as ferramentas virtuais, como os computadores e a internet.

Para Tori (2010), uma das tendências futuras da educação a distância, e que já está se concretizando, é o ensino a distância, sem distância. Com as tecnologias interativas é possível, por exemplo, a telepresença, que faz com que o aluno sintase presente, mesmo geograficamente longe dos tutores e colegas. A sensação de proximidade é gerada por ferramentas como: mensageiro instantâneo, fórum de discussões, quadro virtual de avisos e compartilhamento de tela.

Com a democratização do acesso à internet, conforme Litto e Formiga (2012), surgiu um novo conceito, o material *open source*, ou, recursos educacionais abertos.

São materiais sem direitos autorais, ou com direitos autorais liberados pelo autor ou instituição. “No Brasil, espera-se que a educação aberta e a distância utilize fortemente os recursos abertos de aprendizagem e da educação transfronteiras” (LITTO; FORMIGA, 2012, p.384).

Para Litto e Formiga (2012), o ensino a distância também será protagonista da globalização da educação, permitindo que o aprendiz estudar fora do seu país de origem ou em diferentes países simultaneamente, conforme sua preferência. Atualmente vários cursos a distância já estão disponíveis, podendo serem cursados em modo EaD por alunos de diferentes países, mas as diferenças linguísticas dificultam o processo.

Para os mesmos autores, uma das consequências da globalização da educação através do método EaD será a harmonização internacional dos padrões educacionais.

A despeito da urgência, as disparidades das estruturas educacionais entre os diversos países e regiões ainda dificultam maiores avanços, além de criar obstáculos aos estudantes, e mais ainda, aos já formados que buscam emprego no mercado internacional. Mesmo enfrentando grandes barreiras, a necessidade de harmonização avança. (LITTO; FORMIGA, 2012, p.386).

Assim, é possível perceber que o método EaD continuará sendo uma ferramenta importante para a democratização do ensino e espera-se que sua abrangência continue aumentando. Novos métodos, novas ferramentas e a quebra de preconceitos serão responsáveis por uma evolução constante do ensino a distância.

2.7 METODOLOGIA

O presente trabalho compõe-se em uma pesquisa qualitativa, realizada a partir da revisão bibliográfica de obras consagradas que tratam do Ensino a Distância, no Brasil e no mundo.

A pesquisa bibliográfica baseou-se principalmente em livros físicos, porém foram também consultadas as legislações brasileiras pertinentes.

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

Por seu lado, a pesquisa qualitativa caracteriza-se por não focar na representatividade numérica, mas sim, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados. Conforme Minayo:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2011, p. 22).

Contudo, Minayo (2011) adverte que a pesquisa qualitativa sofre algumas críticas, em relação ao seu empirismo, o subjetivismo dos investigadores e o envolvimento emocional dos mesmos no objeto de pesquisa. Ao realizar uma pesquisa qualitativa, portanto, é necessário cuidado para manter-se imparcial, não confundindo opiniões próprias com verdades científicas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A modalidade EaD é o maior avanço das últimas décadas para a democratização do ensino. Graças a ela, centenas de milhares de pessoas no mundo tiveram e tem acesso à educação de qualidade, vencendo barreiras como a distância até instituições de ensino, falta de disponibilidade de tempo nos horários de aula e dificuldades financeiras.

Contudo, há muito a ser desmistificado sobre a modalidade de ensino a distância. Há ainda preconceitos sobre a qualidade de ensino, em parte advindos da parca legislação que trata o assunto em nosso país. No Brasil, a legislação pertinente tem como principal objetivo aumentar a oferta de cursos de graduação e

pós-graduação à distância, e assim, alcançar a meta número 12 do PNE, que busca elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos.

O enfoque no número de matrículas, em detrimento da qualidade, trará consequências negativas em um futuro próximo. Uma das consequências já visíveis é a exploração que tutores, professores e auxiliares sofrem em várias instituições de ensino superior EaD. Com poucas exceções, esses profissionais lidam com um número muito mais elevado de alunos do que comumente há em classes presenciais, contudo, sua forma de remuneração e direitos trabalhistas continuam equivalentes aos dos colegas que trabalha no ensino presencial.

Finalmente, defende-se que embora seja deveras comum diferenciar a educação presencial da modalidade a distância, a separação entre essas duas modalidades não necessariamente contribui para seus respectivos avanços. A tendência futura é que, escolas tradicionais de ensino presencial utilizem-se cada vez mais das tecnologias e metodologias do ensino a distância, objetivando a melhora na qualidade de ensino. Também, com o avanço dos meios de comunicação e as tecnologias interativas, como a telepresença, a tendência é que embora geograficamente distantes, os alunos possam ter uma aproximação com tutores e outros colegas com cada vez mais eficiência e produtividade.

REFERÊNCIAS

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a distância**. 6º edição. São Paulo: Autores Associados, 2012.

BRASIL. **Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998**. Regulamenta o Art. 80 da LDB.

_____. **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

_____. **Lei nº 9,394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

CORTELAZZO, Iolanda Bueno de Camargo. **Prática pedagógica, aprendizagem e avaliação em educação a distância.** Curitiba: InterSaberes, 2013.

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da Pesquisa Científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

LITTO, Frederic Michael. FORMIGA, Manuel Marcos Maciel (orgs.). **Educação a distância: o estado da arte.** São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

_____. **Educação a distância: o estado da arte, volume 2.** São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

MAIA, Carmem. MATTAR, João. **ABC da EAD: A educação a distância hoje.** 1ª edição. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2001

TORI, Romero. **Educação sem distância: as tecnologias interativas na redução de distâncias em ensino e aprendizagem.** São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010.